



## **Da inserção na modernização agrícola à perspectiva agroecológica – tensões e transformações epistemológicas na Sociologia Rural entre os séculos XX e XXI**

*From insertion in agricultural modernization to the agroecological perspective – epistemological tensions and transformations in Rural Sociology between the 20th and 21st centuries*

FREIRE, Saulo de Azevedo

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Universidade Estadual do Ceará – UECE, saulodeazevedo@gmail.com)

### **RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO**

#### **Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico**

**Resumo:** A Sociologia Rural norte-americana no começo do séc. XX alinhou a disciplina à tendência da modernização agrícola emergente naquele período. Essa perspectiva negligenciou em seus estudos iniciais as especificidades das diversas populações rurais existentes nos continentes asiático, africano e latino-americano, que destoavam do ideal do camponês que se desenvolveu a partir do continente europeu. Este estudo objetiva refletir, à luz da teoria social latino-americana, sobre as diferentes perspectivas através das quais a Sociologia analisou as transformações oriundas da modernização agrícola, problematizando as condições culturais, políticas, produtivas e ambientais locais. A partir dessas reflexões apresenta-se também como objetivo deste estudo pensar as possibilidades de emergência de uma Sociologia Rural articulada a uma abordagem agroecológica, que toma o diálogo de saberes como caminho para a análise das realidades sociais e produção do conhecimento.

**Palavras-chave:** agricultura; conhecimento agroecológico; diálogo de saberes.

#### **Introdução**

O processo de institucionalização da Sociologia Rural no começo do séc. XX atrelado ao meio acadêmico norte-americano, inicialmente, alinhou a disciplina à tendência da modernização agrícola emergente no ocidente. A preocupação dos primeiros pesquisadores com a disseminação dos novos métodos de manejo e tecnologias produtivas os fez nutrir um entusiasmo com a premissa de que só através da modernização seriam superados os “atrasos” do mundo rural naquele período. Previa-se a adoção de uma perspectiva homogênea na compressão das populações rurais, seus problemas produtivos e sua transformação mediante a incorporação dos anseios de uma agricultura moderna e capitalista. Essa perspectiva negligenciou as especificidades das diversas populações rurais existentes nos continentes asiático, africano e latino-americano.

Objetivamos neste trabalho refletir sobre o desenvolvimento de uma Sociologia Rural em uma perspectiva ao Sul global, para além do colonialismo intelectual eurocêntrico e norte-americanista deste fazer científico, culminando para a emergência de novas abordagens e aportes teórico-metodológicos de investigação, amparados principalmente nas reflexões de autoras e autores latino-americanos. Buscamos assim compreender as possibilidades e desafios da



produção do conhecimento de uma Sociologia Rural que parte de uma perspectiva agroecológica para compreender as problemáticas que afetam as populações rurais na contemporaneidade.

## **Metodologia**

Foi utilizada para a elaboração desse trabalho a abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica, sucedida pela revisão de literatura dos materiais identificados. Nesse sentido, procuramos identificar autoras e autores latino-americanos que tencionam reflexões sobre os fundamentos teórico-metodológicos que alicerçaram o desenvolvimento da Sociologia Rural. E, além disso, buscamos nas contribuições dessas autoras e autores um olhar localizado para as problemáticas decorrentes dos processos de modernização agrícola nos contextos latino-americanos.

## **Resultado e discussões**

Os apontamentos de Pereira (2012) e Hadich e Andrade (2021) nos mostram que o desenvolvimento científico alcançado até o século XIX possibilitou uma série de experimentos ligados à atividade agrícola, principalmente nas searas da Química e da Biologia. Temos a partir desse contexto que as próprias bases da produção do conhecimento sobre a agricultura, que antes se processava em meio aos contextos práticos da produção, passou a ser desenvolvida e controlada por cientistas, em laboratórios e indústrias. Com isso, a partir da ciência moderna como base paradigmática do saber, os projetos político-pedagógicos das universidades foram estruturados para alicerçar produção de novos tipos de conhecimento sobre a agricultura, que forneceram os subsídios para a formação de cientistas, pesquisadores, técnicos, extensionistas e outros agentes que passam a atuar na produção agrícola. Nesse contexto, as Ciências Agrárias passaram a ser a fonte legítima e legitimadora da produção de conhecimentos sobre os manejos agrícolas, solapando diversos conhecimentos produzidos e acumulados até então por camponeses, povos originários de diversos continentes, comunidades quilombolas, entre outras populações que alicerçaram na atividade agrícola, na pesca e/ou pequena atividade extrativista a base de sua subsistência.

Ao longo da primeira metade do século XX, é possível observarmos transformações significativas nas dinâmicas agrícolas com a intensificação de pesquisas científicas com sementes modificadas em laboratório e agroquímicos dos mais diversos tipos, objetivando combater pragas, acelerar o crescimento das plantas e fertilizar os solos (CARNEIRO *et al.* 2015). Além desses aspectos bioquímicos, podemos identificar significativos desenvolvimentos tecnológicos nos maquinários agrícolas, que modificaram drasticamente os manejos produtivos. Esses processos de modernização na agricultura culminaram naquilo que se convencionou chamar a partir de meados daquele século de *Revolução Verde*. Essas transformações nos processos produtivos deixaram um rastro danoso com graves impactos ambientais para os ecossistemas e agroecossistemas, além de consequências sociais,



políticas, econômicas, culturais e sanitárias para as populações envolvidas nessa conjuntura. No campo ambiental, algumas das principais consequências dessas mudanças, elencadas por Altieri (2012), Caporal *et al.* (2011) e Carneiro *et al.* (2015) foram a perda das variedades nativas, a contaminação do solo e das bacias hidrográficas devido ao uso intensivo de agroquímicos, o desmatamento de áreas de matas nativas para o estabelecimento dos monocultivos (herança da agricultura colonial, entre outras. Nos contextos, sociocultural, político, econômico e sanitário, destacam-se problemáticas como: a contaminação dos trabalhadores rurais pelo manuseio contínuo e inadequado dos agrotóxicos, a dependência dos referidos pacotes tecnológicos para a produção, a perda do controle sobre as áreas férteis e produtivas, dificuldade de garantir a soberania e a segurança alimentar, além de intensos processos de migração do campo para as cidades devido à pauperização das condições de vida nos contextos rurais e substituição da força de trabalho humano pela mecanização da lavoura.

Em uma reflexão sobre os momentos iniciais da Sociologia Rural, Martins (2012) aponta que o papel assumido pela disciplina, nos primeiros estudos, supunha as populações rurais como retardatárias ao desenvolvimento da economia, da história e, por conseguinte, do próprio capital. Foi lançado um olhar muito mais sobre a ocupação agrícola e a produtividade, do que sobre o rural como universo cultural, com suas dinâmicas de sociabilidade e de trabalho particulares. Nesse processo, as investigações deixaram de contemplar os modos de ser e de viver no campo, bem como seus aspectos socioculturais e históricos específicos. Assumindo o discurso da modernização como estandarte, a Sociologia Rural não se mostrou, em um primeiro momento, atenta à compreensão dos aspectos destrutivos que caminhavam juntos com as transformações no campo. Dentre eles, podemos apontar o processo de desaparecimento de muitas comunidades e populações tradicionais que tiveram, historicamente, na atividade agrícola de subsistência ou na pequena atividade extrativista, suas atividades produtivas vitais; e a intensificação dos processos de privatização, mercantilização e cientificação da natureza, demandando transformações ambientais sem precedentes em diversos ecossistemas.

A narrativa do desenvolvimento atrelada à perspectiva da homogeneização eurocêntrica da história deturpou e alijou as particularidades históricas e culturais dos povos submetidos às relações coloniais (STAVENHAGEN, 2014). As novas formas de dominação que emergiram a partir da virada do séc. XIX para o séc. XX alinham-se aos interesses do capital industrial em expansão. O efeito da modernidade aqui aparece sob o discurso das benesses da industrialização e da urbanização dos territórios. Não é à toa que o estímulo às mudanças ocorre dos centros urbanos em direção às áreas rurais, naquele momento, vistas como emblema do arcaico e do atraso. Essa perspectiva é o que fundamenta os entusiastas da modernização agrícola através da difusão das novas técnicas e tecnologias produtivas como solução para o “atraso” das populações rurais (STAVENHAGEN, 2014).



A pretensa ideia do desenvolvimento e do progresso necessários, atrelados à modernidade, encobriu historicamente toda a sorte de opressões às quais foram submetidas as populações dos continentes africano e americano, por exemplo. Cusicanqui (2010) compreende que uma perspectiva antagônica ao colonialismo será realizada como história a partir da percepção da necessidade de derrotar aqueles que se esforçam em conservar o passado com todos os privilégios a ele associados. Esta perspectiva possui como premissa a necessidade de ruptura com o passado cristalizado rumo à construção de novas narrativas que se distanciem daquela que aponta o sucesso do colonizador, da modernidade e do seu processo civilizatório sobre as populações subjugadas.

Em muitos movimentos sociais do campo e na agroecologia encontramos sinais desta ruptura, a exemplo de *La Via Campesina* e do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. A ação desses movimentos, desenvolvendo a Agroecologia como matriz não apenas produtiva, mas também de conhecimentos através do diálogo de saberes, fomenta a autonomia produtiva dos camponeses, e considera as relações éticas entre os agentes envolvidos e a sustentabilidade das relações que desenvolvem com a natureza.

Nesse sentido, podemos observar o fortalecimento, no início do século XXI, de uma vertente que vai para além das construções científicas sobre a Agroecologia produzidas no século XX. Que toma como ponto de partida, sobretudo, as experiências dos movimentos sociais do campo, dos povos originários e das florestas, das populações ribeirinhas e dos remanescentes quilombolas, suas estratégias produtivas e relações particulares com a natureza. Por exemplo, nos últimos 20 anos as lutas e a confluência de movimentos e organizações sociais rurais ao redor do mundo desencadearam a estruturação de uma articulação global através de *La Via Campesina*, agregando e articulando aproximadamente 200 milhões de famílias e se consolidado como o maior movimento social atuante no globo (TORRES e ROSSET, 2012). Uma das principais propostas desse movimento é a de integrar, intercambiar e promover o encontro entre saberes e experiências sustentáveis de manejo da terra entre diversas culturas e populações envolvidas.

A Agroecologia que emerge a partir da articulação entre os movimentos sociais do campo e a ciência apresenta possibilidades de um exercício não apenas produtivo, mas também de conhecimento, que se nutre e produz uma série de saberes cujos embriões estão vinculados às identidades pessoais, grupais e culturais que, diferente da razão instrumental da ciência moderna, buscam no encontro com o(s) outro(s), no mundo das experiências vivas, a sua razão de ser. Segundo Leff (2012), o saber que emerge a partir de uma perspectiva agroecológica, busca uma reapropriação do mundo a partir do ser, e no ser. Enquanto a ciência moderna fragmentou a produção do conhecimento e das especialidades em esferas nem sempre articuláveis, a Agroecologia reintegra os saberes. Essa reintegração só é possível se trazer consigo a força das lutas sociais pelo estabelecimento autônomo de relações particulares com a natureza e da gestão dos modos de vida que se tecem a partir dessa relação.



Os caminhos que se abrem para o novo paradigma de produção do conhecimento a partir da Agroecologia e do diálogo de saberes lançam um desafio para a própria ciência moderna. Para a Sociologia Rural, há, nesse processo de articulação, a possibilidade de transformação nas suas próprias abordagens de estudo, ao estabelecer um diálogo com essa matriz de conhecimentos da Agroecologia e os conhecimentos e as experiências produzidos pelas comunidades locais.

Como variáveis desses processos analíticos é preciso considerar a compreensão do *ser* e o *viver* no campo, nas florestas; as relações particulares com a terra/natureza; os tipos de espiritualidade; as relações de solidariedade e cooperação; as dinâmicas alimentares, entre outras variáveis que constituem os diversos territórios. O saber social que emerge a partir de um diálogo de saberes, tal como nos mostra Leff (2009; 2016), é pautado no encontro de seres diferenciados, pela diversidade cultural, por meio da conexão entre conhecimentos produzidos em meio a racionalidades e identidades étnicas também diversas. Este conhecimento precisa estar voltado para pensar as condições de vida no mundo, entendidas não apenas no sentido do “desenvolvimento sustentável” ou da “qualidade de vida”, categorias tão caras aos entusiastas do progresso herdeiros da modernidade, mas, sobretudo, para o *bem viver*. Um *bem viver* preconizado por diversos povos do continente latino-americano, que garante e nutre a coexistência de diferentes modos de ser, viver e existir em suas dimensões materiais e simbólicas.

## Conclusões

Pensar uma Sociologia Rural que se articula a partir de uma abordagem agroecológica e descolada da dominação do referencial norte-americanista e eurocêntrica apresenta-nos possibilidades políticas de ruptura com a dominação intelectual na construção das narrativas científico-acadêmicas latino-americanas. Com isso, temos possibilidades concretas de que novas abordagens compreensivas sejam produzidas acerca de eventos historicamente cristalizados sobre as nossas mentalidades, modos de enxergar e viver o próprio contexto sociopolítico no qual estamos inseridos.

A análise sociológica tecida em uma abordagem agroecológica nos conduz a um caminho onde não apenas a ciência apresenta-se como matriz dirigente na produção/legitimação dos conhecimentos. Neste novo percurso analítico há espaço para um *diálogo de saberes* que se nutre e fomenta a visibilidade e a ação dos diversos agentes que atuam em diferentes arranjos produtivos rurais e na natureza.

Para a Sociologia Rural, há nesse processo a possibilidade de transformação nas suas próprias abordagens de estudo, estabelecendo um diálogo e nutrindo seu olhar a partir da Agroecologia. Para a Agroecologia, o diálogo com a Sociologia Rural a partir de um olhar ao Sul (como a base teórico-metodológica latino-americana) possibilita um aprofundamento na compreensão dos conflitos que atravessaram, ao



longo dos anos, o meio rural, das florestas, e os processos de apropriação e espoliação da natureza em suas dimensões produtivas, políticas e socioculturais.

### Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

CAPORAL, Francisco. R.; COSTABEBER, José. A.; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. Princípios e perspectivas da Agroecologia. Paraná (apostila). Cidade: Paraná, IFPR, 2011. p. 44 – 80.

CARNEIRO, Fernando. F.; AUGUSTO, Lia. G. da S.; RIGOTTO, Raquel. M.; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André C. (orgs). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CUSICANQUI, Silvia. R. **Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

HADICH, Ceres; ANDRADE, Gilmar. **Revolução Verde**. In: In: DIAS, Alexandre P. et al (orgs.). Dicionário de Educação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental - da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

MARTINS, José de S. **Crítica da sociologia rural - o futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. In: Sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

PEREIRA, Mônica. C. de B. **Revolução Verde**. In; CALDART, Roseli. S. et al (orgs.) Dicionário de Educação no Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Sete teses equivocadas sobre a América Latina**. In: Revista Sociedade e Cultura. Universidade Federal de Goiás, Goiania. Vol. 17, número 1, pp. 159-169, janeiro-junho, 2014.



TORRES, Maria. E. M; ROSSET, Peter. M. **Diálogo de saberes em La Vía Campesina: Soberanía Alimentar y Agroecología.** In: Espacio Regional Vol. 1, n.º 13, Osorno, enero - junio 2016, pp. 23 – 36.